

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A..

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Relatório da Administração

Autogeração Solar Holding S.A.

Senhores Acionistas e diretores

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

As operações iniciaram em junho de 2022 e até que a Empresa, inicie a operação e seus ciclos de faturamento passando a gerar recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas operações, ela depende do suporte financeiro de seu acionista controlador ou da utilização de recursos captados via emissão de CRI lastreado em nota comercial.

Outrossim, esta Administração fica à disposição dos senhores acionistas, para quaisquer outros esclarecimentos adicionais.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Quotistas da
Autogeração Solar HOLDING S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Autogeração Solar HOLDING S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autogeração Solar HOLDING S.A. Em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ativos em construção de vida útil definida e de longa duração

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 9 às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022 a Empresa possui registrado na rubrica “imobilizado” ativos tangíveis em construção em montantes relevantes relacionados a custos de materiais, equipamentos do sistema gerador e serviços necessários para a construção das usinas fotovoltaicas. As operações das usinas iniciaram em junho/2022 e até que a Empresa, inicie seus ciclos de faturamento e passe a gerar recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas operações, ela depende do suporte financeiro de seu acionista controlador ou da utilização de recursos captados via emissão de CRI lastreado em nota comercial. A Diretoria da Empresa aplica, no mínimo, anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Diretoria sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esses assuntos como significativos em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- O envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade destes ativos;
- Avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros e demonstrações do resultado comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; Avaliação da metodologia de cálculo e da análise de sensibilidade das premissas; e
- Avaliação das políticas contábeis divulgadas em notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.060.211	-	27.809.128	-	Fornecedores	10	21.041	-	10.711.644	-
Adiantamento a fornecedores	5	81	-	1.777.141	-	Impostos a recolher	11	106.234	-	329.142	-
Créditos tributários		539.667	-	591.755	-	Notas comerciais - CRI	12.1	-	-	6.276.448	-
CRI (Patrimônio separado)	6	-	-	29.273.169	-	Empréstimos bancários		103.667.764	-	103.667.764	-
		13.599.959	-	59.451.193	-	Salários e contribuições e previdenciárias		-	-	168	-
						Provisões trabalhistas		-	-	81.007	-
								103.795.039	-	121.066.173	-
Não Circulante						Não Circulante					
Partes relacionadas	7.1	-	-	15.886.363	-	Notas comerciais - CRI	12.2	-	-	128.838.858	-
Investimentos	8	67.883.884	6.000	-	6.000	Partes relacionadas	7.2	1.489.674	6.000	634.475	6.000
Imobilizado	9	4.709.198	4.700.000	156.110.280	4.700.000			1.489.674	6.000	129.473.333	6.000
		72.593.082	4.706.000	171.996.643	4.706.000						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fabio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Alex de Azevedo Monteiro Castilho
Contador - CRC - 084.251/O-0 RJ

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Resultado operacional					
Equivalência patrimonial	8	10.530			
Despesas administrativas	14	(339.965)		(209.488)	
Despesas administrativas	14	(189.302)	-	(570.890)	-
		(518.737)	-	(780.378)	-
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	15	(25.744.858)	-	(25.832.947)	-
Receitas financeiras	15	2.471.924	-	2.858.962	-
		(23.272.934)	-	(22.973.985)	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social					
Provisão de imposto de renda e contribuição social		-	-	(37.308)	-
		-	-	(37.308)	-
Prejuízo líquido do exercício		(23.791.671)	-	(23.791.671)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fabio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Alex de Azevedo Monteiro Castilho
Contador - CRC - 084.251/O-0 RJ

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(23.791.671)	-	(23.791.671)	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(23.791.671)</u>	<u>-</u>	<u>(23.791.671)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fabio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Alex de Azevedo Monteiro Castilho
Contador - CRC - 084.251/O-0 RJ

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.700.000	-	-	4.700.000
Capital social	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(23.791.671)	(23.791.671)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.700.000	-	(23.791.671)	(19.091.671)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				

Fabio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Alex de Azevedo Monteiro Castilh
Contador - CRC - 084.251/O-0 RJ

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(23.791.671)	-	(23.791.672)	-
Equivalência Patrimonial	(10.530)	-	-	-
Prejuízo ajustado	(23.802.202)	-	(23.791.672)	-
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais				
Créditos tributários	(539.667)	-	(591.755)	-
Adiantamento a fornecedores	(81,00)	-	(1.777.141)	-
Fornecedores	21.040	-	10.716.074	-
Impostos a recolher	106.234	-	329.143	-
Provisão Trabalhista	-	-	81.009	-
Salários e contribuições previdenciárias	-	-	168	-
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	(412.474)	-	8.757.498	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Partes relacionadas	-	-	(17.604.255)	-
Investimento	(67.876.551)	(4.706.000)	-	(4.706.000)
Aquisição de imobilizado	-	-	(150.540.453)	-
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimento	(67.876.551)	(4.706.000)	(168.144.708)	(4.706.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Notas Comerciais CRI	-	-	104.414.161	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-
Empréstimos bancários	103.667.764	-	103.667.764	-
Integralização de Capital	-	4.700.000	-	4.700.000
Partes relacionadas	1.483.674	6.000	2.906.085	6.000
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	105.151.438	4.706.000	210.988.010	4.706.000
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>13.060.211</u>	<u>-</u>	<u>27.809.128</u>	<u>4.706.000</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.060.211	-	27.809.128	-
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>13.060.211</u>	<u>-</u>	<u>27.809.128</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Fabio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Alex de Azevedo Monteiro Castilho
Contador - CRC - 084.251/O-0 RJ

1. Contexto operacional

A AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A. (Empresa) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Empresa é na Avenida João Cabral de Mello Neto, 850, Bl. 02, Sala 2015, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.775-057. As demonstrações contábeis da Empresa abrangem as informações relativas às suas atividades em fase pré-operacional, sendo nesse período dependente do suporte financeiro dos seus sócios e partes relacionadas de forma permitir a conclusão de seu plano de investimento e início das operações para os projetos em andamento.

A Empresa tem por objeto social a participação societária no capital de empresas no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

COVID -19

O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes nas economias e países nos quais atuamos, trazendo volatilidade aos mercados nacional e internacional.

A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em mudanças significativas no dia a dia das pessoas.

A Empresa está em fase pré-operacional e até o momento não sofreu impacto material financeiro.

A Empresa entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que perdurar a pandemia.

Em função da volatilidade e incertezas a respeito do período de duração e potenciais impactos da pandemia, a Empresa continua monitorando a situação e avaliando os impactos nas premissas e considerações utilizadas na preparação das demonstrações contábeis.

Autogeração Solar Holding S.A.

A Empresa tem por objeto social a participação societária no capital de empresas no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

As operações iniciaram em junho de 2022 e a última das usinas está prevista para iniciar em fevereiro de 2024 e até que as Controladas, iniciem suas atividades e passe a gerar recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas operações, ela utilizará recursos captados via emissão de debêntures em dezembro de 2021 ou de pagamento de mútuos ou redução de capital feito das suas Controladas ou aportes de seus controladores.

A Administração da Empresa obteve de seu controlador apoio financeiro e realizou uma emissão de dívida, através dos quais se compromete a prover os recursos necessários para a manutenção das atividades operacionais da Empresa, na medida em que haja necessidade.

As projeções de resultados futuros preparadas pela Administração indicam o alcance de sua trajetória de lucros recorrentes e fluxos de caixa positivos.

Se essas projeções não se realizarem, a Empresa precisará de novos recursos dos acionistas ou outras fontes para continuar a operar.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023.

2.1.1. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Empresa em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Empresa, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Empresa se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas ao resultado pelo regime de competência de exercícios.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

d. Participações em controladas e coligadas

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

e. Patrimônio separado

Representam valores retidos pela securitizadora, nesta operação, True Securitizadora, para constituição do patrimônio separado referente a operações de captação de recursos através do Certificado de recebíveis imobiliários - CRI.

O patrimônio separado é gerido pela Empresa securitizadora e tem por finalidade custear despesas iniciais necessárias para a operação tais como constituir fundos de reserva de juros.

f. Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com os projetos em desenvolvimentos são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

g. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

h. Provisões

São reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

i. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela correção monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com os projetos em desenvolvimentos e construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

j. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Empresa e seus assessores jurídicos.

k. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

l. Reconhecimento da receita

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas "*pro rata die*" com base no método da taxa de juros efetiva.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

Provisão para contingências

A Administração da Empresa, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

m. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

n. Adoção das normas internacionais de relatório financeiro (ifrs) novas e revisadas

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo;

d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:

- a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.
- b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.
Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

o. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora AUTOGERAÇÃO SOLAR GRID HOLDING S.A., e suas controladas direta e indiretas:

Empresas controladas

Controlada direta:

Autogeração Solar Icem Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar B JL Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Bebedouro Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Sul Rio Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Glicerio Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Tanabi Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Serra das Araras Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Serrana Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Morro Agudo Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Vale do Paraíba Ltda	100% 100 %
Autogeração Sul Fluminense Ltda	100% 100 %

Controlada indireta:

Autogeração Solar Palestina Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Metropolitana Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar B JL Itaberaba Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Werneck II Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Werneck III A Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Folres II Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Werneck III-B Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar B JL Barra Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Fazenda Barra Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Werneck III B Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Canas II Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Bom Retiro Ltda	100% 100 %
Autogeração Solar Barra Mansa Ltda	100% 100 %

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Empresa controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

Transações e participações não controladoras

A Empresa trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Empresa deixa de ter controle, qualquer participação retida é novamente mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

àquela entidade são contabilizados como se a Empresa tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Administração da Empresa. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Empresa.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Empresa. A alta administração da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Empresa está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa não possuía risco de mercado em suas operações.

(b) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa não possuía risco de exposição cambial líquida.

(c) Risco de crédito

A Empresa não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Empresa.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis dos contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bancos	158	-	39.866	-
Total	<u>158</u>	<u>-</u>	<u>39.866</u>	<u>-</u>
Aplicações Financeiras	13.060.052	-	27.769.261	-
Total	<u>13.060.052</u>	<u>-</u>	<u>27.769.261</u>	<u>-</u>
Total	<u>13.060.211</u>	<u>-</u>	<u>27.809.128</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

5. Adiantamento a fornecedores

O saldo de contas a adiantamento a fornecedores é demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento fornecedores	81	-	1.777.141	-
Total	81	-	1.777.141	-

6. Certificado de recebíveis imobiliários (Patrimônio separado)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
True Securitizadora	-	-	29.273.169	-
Total	-	-	29.273.169	-

A Emissora tem interesse em realizar sua 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para colocação privada, nos termos dos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 (“Lei nº 14.195”), a serem adquiridas de forma privada pela Titular (“Notas Comerciais Escriturais” e “Emissão”, respectivamente).

Os recursos líquidos a serem captados por meio das Notas Comerciais Escriturais terão destinação imobiliária, a ser realizada pela Emissora, nos termos previstos neste Termo de Emissão (conforme abaixo definido).

As Notas Comerciais Escriturais emitidas pela Emissora e adquiridas pela Titular conferirão direito de crédito em face da Emissora, passando a Titular a ser credora de todas as obrigações, principais e acessórias, devidas pela Emissora no âmbito das Notas Comerciais Escriturais (sendo os créditos imobiliários decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, “Créditos Imobiliários”).

A Titular é uma Empresa securitizadora, devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), e tem por atividade a aquisição e posterior securitização de créditos imobiliários, nos termos da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022 (“Lei nº 14.430”), por meio da emissão de certificados de recebíveis imobiliários.

Observado o disposto neste Termo de Emissão, o vencimento final das Notas Comerciais Escriturais ocorrerá em 5.132 (cinco mil, cento e trinta e dois) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de dezembro de 2036 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de resgate antecipado total das Notas Comerciais Escriturais, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e conforme previsto neste Termo de Emissão.

Na Data de Emissão, o valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais é de R\$ 1.000,00 (um mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

Correrão direta e/ou indiretamente, por conta da Emissora e das Demais Devedoras, ou pela Titular por conta e ordem da Emissora e das Demais Devedoras, com os recursos depositados na Conta Centralizadora CRI, todos e quaisquer custos incorridos com a estruturação, implantação, registro e execução da emissão das Notas Comerciais Escriturais, dos Demais Créditos Imobiliários e da Oferta dos CRI, incluindo todas as despesas tais como publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, dos auditores independentes da Titular e dos demais prestadores de serviços indicados neste Termo de Emissão e no Termo de Securitização, bem como qualquer outra despesa que a Titular seja obrigada a arcar e/ou que seja necessária à gestão das Notas Comerciais Escriturais, dos Demais Créditos Imobiliários e dos CRI (em conjunto, “Despesas”), incluindo mas não se limitando as despesas abaixo:

Despesas Iniciais: São as despesas flat da Operação de Securitização, compreendendo despesas da emissão das Notas Comerciais Escriturais da Devedora e das Demais Devedoras, as quais serão pagas com os recursos da integralização dos CRI:

- i. Todas as taxas e emolumentos da CVM, B3 e ANBIMA para registro e viabilidade da Oferta e declarações de custódia da B3 relativos tanto às CCIs quanto aos CRI;
- ii. Remuneração da True Securitizadora S.A., (a) referente à emissão dos CRI; e (b) referente à gestão da administração do Patrimônio;
- iii. Remuneração inicial do auditor independente do Patrimônio Separado;
- iv. Remuneração inicial do Agente Fiduciário;
- v. Remuneração inicial do Agente de Liquidação e Escriturador;
- vi. Remuneração inicial da Instituição Custodiante, referente ao registro da CCI na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão B3, e (b) à primeira parcela da remuneração da custódia do lastro a ser pago até o 5º (quinto) Dia Útil após a primeira Data de Integralização dos CRI;
- vii. Remuneração bruta inicial do Escriturador da Nota Comercial;
- viii. Remuneração do Contador do Patrimônio Separado;
- ix. Remuneração do Coordenador Líder;
- x. Remuneração do Assessor Financeiro e do Assessor Técnico.

Despesas Recorrentes: São as despesas da Operação de Securitização, compreendendo despesas da emissão das Notas Comerciais Escriturais da

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

Devedora e das Demais Devedoras e mencionadas seguir:

i. remuneração da Titular, nos seguintes termos:

- pela administração da carteira fiduciária, em virtude da securitização dos direitos decorrentes das Notas Comerciais Escriturais representados integralmente pela CCI, bem como diante do disposto na Lei nº 14.430 e nos atos e instruções emanados da CVM, que estabelecem as obrigações da Titular, durante o período de vigência dos CRIs,
- em qualquer Reestruturação (conforme abaixo definido) que vier a ocorrer ao longo do prazo de duração dos CRIs, que implique a elaboração de aditamentos aos documentos da Operação de Securitização e/ou a realização de assembleias gerais. A Emissora também deverá arcar com todos os custos decorrentes da formalização e constituição dessas alterações, inclusive aqueles relativos a honorários advocatícios razoáveis devidos ao assessor legal escolhido de comum acordo entre as Partes, acrescido das despesas e custos devidos a tal assessor legal. O pagamento da remuneração prevista neste item pela Emissora ocorrerá sem prejuízo da remuneração devida a terceiros eventualmente contratados para a prestação de serviços acessórios àqueles prestados pela Titular. O Fee de Reestruturação não inclui as despesas eventualmente incorridas pela Titular para a Reestruturação, cujo pagamento deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da apresentação da nota fiscal por parte da Titular. Entende-se por "Reestruturação" a alteração de condições relacionadas a:

- (i) às Garantias;
- (ii) às características dos CRIs, tais como datas de pagamento, remuneração e/ou índice de atualização monetária, Data de Vencimento, fluxo financeiro e/ou pedido de carência;
- (iii) *covenants* operacionais ou financeiros;
- (iv) mudança em cláusulas de eventos de vencimento ou resgate antecipado dos CRIs, nos termos do Termo de Securitização; e/ou (v) quaisquer outras alterações relativas ao CRIs e aos documentos da oferta também serão consideradas como "Reestruturação".

Despesas de Responsabilidade do Patrimônio Separado dos CRI: São as despesas listadas a seguir:

- i. despesas com gestão, cobrança, realização e administração do Patrimônio e outras despesas indispensáveis à administração dos direitos decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, exclusivamente na hipótese de liquidação do Patrimônio Separado, inclusive os referentes à sua transferência, na hipótese de o Agente Fiduciário dos CRIs assumir a sua administração;
- ii. as despesas com terceiros especialistas, advogados, auditores contratados para a prestação das informações contábeis do Patrimônio Separado (exceto o previsto na Cláusula 13.1.2 acima). na forma e periodicidade estabelecidas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

pelas regras contábeis vigentes e pelas instruções da CVM relacionadas aos CRIs, bem como Agente Fiduciário dos CRIs, Instituição Custodiante, B3, bem como toda e qualquer despesa com procedimentos legais, incluindo sucumbência, incorridas para resguardar os interesses dos Titulares dos CRIs, e a realização dos Créditos Imobiliários e integrantes do Patrimônio Separado, que deverão ser, sempre que possível, prévia e expressamente aprovadas pela Emissora e, em caso de insuficiência de recursos no Patrimônio Separado, pagas pelos Titulares dos CRIs;

iii. os eventuais tributos, incluindo, sem limitação, quaisquer impostos, taxas e/ou contribuições que, a partir da data de emissão dos CRIs, venham a ser criados e/ou majorados ou que tenham sua base de cálculo ou base de incidência alterada, questionada ou reconhecida, de forma a representar, de forma absoluta ou relativa, um incremento da tributação incidente sobre os Créditos Imobiliários;

iv. as taxas e tributos, de qualquer natureza, atualmente vigentes, que tenham como base de cálculo receitas ou resultados apurados no âmbito do Patrimônio Separado;

v. as perdas, danos, obrigações ou despesas, incluindo taxas e honorários advocatícios arbitrados pelo juiz e/ou árbitro, resultantes, direta e/ou indiretamente, da Emissão, exceto se tais perdas, danos, obrigações ou despesas forem resultantes de inadimplemento, dolo ou culpa comprovados por parte da Titular, do Agente Fiduciário dos CRIs ou de seus administradores, empregados, consultores e agentes; e

vi. despesas acima, de responsabilidade da Emissora e das Demais Devedoras, que não pagas por estas.

A Emissora deverá, mediante retenção de recursos da primeira integralização dos CRIs, contribuir para a constituição do Fundo de Despesas no montante equivalente ao Valor Mínimo do Fundo de Despesas Emissora.

Os valores correspondentes ao Fundo de Despesas serão mantidos em depósito na Conta Centralizadora CRI, sendo que (i) a formação do montante referente ao Valor Inicial do Fundo de Despesas será realizada com recursos retidos do valor pago a título de integralização das Notas Comerciais Escriturais, bem como com retidos do valor pago a título de integralização das notas comerciais emitidas pelas Demais Devedoras; e (ii) a todo e qualquer momento, a Emissora será solidariamente responsável, juntamente com as Demais Devedoras, a manter um montante de, no mínimo, R\$70.000,00 (setenta mil reais) ("Valor Mínimo do Fundo de Despesas") como Fundo de Despesas, atualizado monetariamente anualmente pelo mesmo fator da Atualização Monetária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

7. Operações com partes relacionadas

7.1 Contas a pagar - partes relacionadas

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
SolarGrid Comércio	-	-	15.886.363	-
Total	-	-	15.886.363	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	-	-	15.886.363	-

7.2 Contas a pagar - partes relacionadas

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Autogeração Participações	364.550	-	364.550	-
Autogeração Solar BJI II	1.120.324	-	-	-
Autogeração Solar Tanabi	1.200	-	-	-
Autogeração Solar Bebedouro	1.200	-	-	-
Autogeração Solar Glicerio	1.200	-	-	-
Autogeração Solar Vale do Paraíba	1.200	-	-	-
Autogeração Solar Comercio	-	-	269.925	-
Autogeração Solar Vale do Paraíba	1.200	-	-	-
Total	1.490.874	-	634.475	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	1.490.874	-	634.475	-

As transações que a Empresa efetua com partes relacionadas referentes a movimentação de recursos para subsidiar as operações das investidas e a organização societária e administrativa.

As operações entre parte relacionadas se resumem a integralização de capital das SPEs (Sociedades de Propósito Específico) pendentes de repasse financeiro, decorrente da ausência da conta bancária durante o período de organização.

Para efeito de consolidação os saldos em partes relacionadas, foram eliminados, apresentando os saldos somente nas demonstrações da controladora.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física e pagamentos com base em ações da Empresa.

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

8. Investimento

8.1. Composição do saldo

	Saldo em 31/12/2021	Valor Patrimonial	Equivalência	Participações a Realizar	Saldo em 31/12/2022
Autogeração Solar Icém	6.000	1.200	34.937	1.085.231	1.121.369
Autogeração Solar BJI II	-	1.200	(10.384)	-	(9.184)
Autogeração Solar Sul Rio	-	1.200	(8.801)	22.324.497	22.316.896
Autogeração Solar Serra das Araras	-	1.200	(13.061)	15.073.045	15.061.185
Autogeração Solar Tanabi	-	1.200	(10.532)	1.112.490	1.103.158
Autogeração Solar Glicério	-	1.200	-	-	1.200
Autogeração Solar Vale do Paraíba	-	1.200	-	-	1.200
Autogeração Solar Bebedouro	-	1.200	-	-	1.200
Autogeração Solar RJ Sul Fluminense	-	1.200	7.585	7.791.461	7.800.246
Autogeração Solar Serrana	-	1.200	10.793	14.609.898	14.621.891
Autogeração Solar Morro Agudo	-	1.200	(7)	5.863.532	5.864.725
Investimento total					<u>67.883.884</u>

8.2. Informações adicionais sobre as Empresas investidas

Autogeração Solar Icém Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 01/02/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Em controladas:					
Autogeração Solar Icém	100%	41.344.710	1.200	1.121.368	34.937

Autogeração Solar BJI II Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 08/06/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Em controladas:					
Autogeração Solar BJI II	100%	53.431.808	1.200	(9.184)	(10.384)

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

Autogeração Solar Sul Rio Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 08/02/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	<u>Participação percentual</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Em controladas: Autogeração Solar Sul Rio	100%	27.495.007	1.200	22.316.896	(8.801)

Autogeração Solar Serra das Araras Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 08/02/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	<u>Participação percentual</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Em controladas: Autogeração Solar Serra das Araras	100%	18.117.595	1.200	15.061.184	(13.061)

Autogeração Solar Tanabi Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 19/04/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	<u>Participação percentual</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Em controladas: Autogeração Solar Tanabi	100%	23.539.228	1.200	1.103.159	(10.532)

Autogeração Solar Glicério Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 10/08/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	<u>Participação percentual</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Em controladas: Autogeração Solar Glicério	100%	1.431.134	1.200	1.200	-

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

Autogeração Solar Vale do Paraíba Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 07/06/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	<u>Participação percentual</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Em controladas: Autogeração Solar Vale do Paraíba	100%	754.487	1.200	1.200	-

Autogeração Solar Bebedouro Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 18/08/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	<u>Participação percentual</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Em controladas: Autogeração Solar Bebedouro	100%	10.086.461	1.200	1.200	-

Autogeração Solar Rj Sul Fluminense Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 08/02/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	<u>Participação percentual</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Em controladas: Autogeração Solar Sul Fluminense	100%	10.012.460	1.200	7.800.247	7.586

Autogeração Solar Serrana Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 08/02/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)

	<u>Participação percentual</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Em controladas: Autogeração Solar Serrana	100%	19.683.028	1.200	14.621.891	10.793

Autogeração Solar Morro Agudo Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 01/02/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	<u>Participação percentual</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Em controladas: Autogeração Solar Morro Agudo	100%	8.838.636	1.200	5.864.725	(7)

9. Imobilizado

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

Controladora:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Projetos em desenvolvimento	4.700.000	9.189	-	-	4.709.189
Total					-
Custo	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-
Imobilizado líquido	<u>4.700.000</u>	<u>9.189</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.709.189</u>

Consolidado:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Projetos em desenvolvimento	4.700.000	151.410.280	-	-	156.110.280
Total					-
Custo	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-
Imobilizado líquido	<u>4.700.000</u>	<u>151.410.280</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>156.110.280</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

Projetos em desenvolvimento

Os valores contabilizados no imobilizado em desenvolvimento correspondem aos custos de materiais, equipamentos do sistema gerador e serviços necessários para a construção das usinas fotovoltaicas. A depreciação de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso.

Em virtude de o início de atividades estarem em fase de desenvolvimento em 2022, não foi iniciado o cálculo de depreciações para o ativo imobilizado da Empresa.

Adiantamentos

O saldo refere-se a custos adiantados para a construção do ativo imobilizado.

10. Contas a pagar (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores	21.041	-	10.711.644	-
	<u>21.041</u>	<u>-</u>	<u>10.711.644</u>	<u>-</u>

11. Imposto a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto retidos	6.672	-	193.656	-
Tributos Municipais	-	-	1.103	-
Tributos Federais	99.562	-	134.383	-
Total	<u>106.234</u>	<u>-</u>	<u>329.142</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

12. Empréstimo e financiamentos

Linha de Crédito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos Bancários	141.084.816	-	141.084.816	-
Juros	17.094.367	-	17.094.367	-
Notas comerciais - CRI	-	-	319.253.000	-
Juros	-	-	2.627.085	-
(-) Custos de estruturação da dívida	-	-	(21.022.086)	-
(-) Principal	-	-	(165.742.692)	-
Passivo circulante	-	-	164.455.632	-
Passivo não circulante	-	-	128.838.858	-

Movimentação da linha de créditos:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Captações	141.084.816
Pagamentos	51.059.425
Juros efetivos	17.094.367
Saldo em 31 de dezembro de 2022	107.119.758

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 1.200,00 e está representado por R\$ 1.200,00 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

	Capital	
	2022	2021
Capital Integralizado	4.700.000	4.700.000
Total	4.700.000	4.700.000

13.1.Resultado

A Empresa registrou prejuízo no montante de R\$ (23.791.671) .

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

14. Despesas administrativas e despesas por natureza

A composição das despesas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas administrativas				
Outras despesas	-	-	(7.564)	-
Propaganda e publicidade	(24.903)	-	(24.903)	-
	<u>(24.903)</u>	<u>-</u>	<u>(32.467)</u>	<u>-</u>
Impostos e taxas				
Outras taxas	(74.438)	-	(85.623)	-
Impostos federais	(114.864)	-	(191.159)	-
Multas	(1.626)	-	(6.515)	-
	<u>(190.655)</u>	<u>-</u>	<u>(283.297)</u>	<u>-</u>
Despesas com serviços prestados				
Serviços de Terceiros pes. Jurídica	(69.436)	-	(69.436)	-
Honorários de Contadores	(32.094)	-	(160.974)	-
Honorários de Consultores	(137.400)	-	(137.400)	-
Honorários de Auditores	(16.279)	-	(38.304)	-
Honorários de Advogados	(58.500)	-	(58.500)	-
	<u>(313.709)</u>	<u>-</u>	<u>(464.615)</u>	<u>-</u>
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais	<u>(529.267)</u>	<u>-</u>	<u>(780.378)</u>	<u>-</u>

15. Resultado financeiros (Controladora e Consolidado)

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	2.471.924	-	2.857.879	-
Descontos obtidos	-	-	1.084	-
Outras receitas não operac.	-	-	0	-
	<u>2.471.924</u>	<u>-</u>	<u>2.858.962</u>	<u>-</u>
Despesas Financeiras				
Juros financeiros	(24.759.929)	-	(24.759.929)	-
IOF	(2.772)	-	(38.245)	-
Despesas bancarias	(33.705)	-	(48.287)	-
Multas e juros	(4.395)	-	(42.102)	-
Amortização gastos c/ estruturação de dívida	(768.512)	-	(768.512)	-
Comissão	(160.939)	-	(160.939)	-
Custo de debêntures	(14.334)	-	(14.334)	-
	<u>(25.744.586)</u>	<u>-</u>	<u>(25.832.347)</u>	<u>-</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(23.791.671)</u>	<u>-</u>	<u>(22.973.985)</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

16. Provisões judiciais

A Empresa e suas controladas, não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos externos.

17. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Empresa não contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros:

Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

18. Eventos Subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.